

# **O OVO DA SERPENTE: REFLEXÕES SOBRE A ASCENSÃO DO NEONAZISMO BRASILEIRO A PARTIR DE 2019**

**Leonardo Pires dos Santos**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,  
leonardo.pires@hotmail.com

**Telma Romilda Duarte Vaz (Orientadora)**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,  
Telma.vaz@ufms.br

## **RESUMO**

Este estudo visa analisar a ascensão do neonazismo no Brasil desde 2019, com raízes na eleição de 2018. A eleição do novo governo em 2019 resultou em um aumento significativo de grupos neonazistas, impulsionado pela normalização da violência e pela retórica que deslegitimou as instituições democráticas. O discurso de 7 de setembro de 2021, em que houve ameaças ao Supremo Tribunal Federal e ataques a um de seus ministros, exemplifica essa tendência crescente. O trabalho busca estimular diálogos críticos e reflexões sobre como as ideologias extremistas alimentam a violência contra minorias, ressaltando a importância de sua denúncia. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativa, com base em investigação exploratória. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas e intervenções educativas que combatam a cultura de intolerância, como passo fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

**Palavras-chave:** Nazismo; Neonazismo; Política; Ideologia; Extremismos.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the rise of neo-Nazism in Brazil since 2019, rooted in the 2018 election. The election of the new government in 2019 resulted in a significant increase in neo-Nazi groups, driven by the normalization of violence and rhetoric that delegitimized democratic institutions. The speech on September 7, 2021, which included threats against the Supreme Court and attacks on one of its ministers, exemplifies this growing trend. The work seeks to stimulate critical dialogues and reflections on how extremist ideologies fuel violence against minorities, highlighting the importance of denouncing such ideologies. Methodologically, the research is qualitative, based on exploratory investigation. The results point to an urgent need for educational policies and interventions that combat the culture of intolerance, as a fundamental step towards building a more inclusive and democratic society.

**Keywords:** Nazism; Neo-Nazism; Politics; Ideology; Extremisms.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz uma reflexão sobre a ascensão do neonazismo no Brasil desde 2019, com raízes na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Apesar do aumento de grupos extremistas e da expansão de ideologias neonazistas, as discussões acadêmicas e sociais sobre o tema ainda são insuficientes para compreender plenamente os impactos desses movimentos sobre grupos vulneráveis e a democracia.

Conforme o relatório de Daniel Cara, professor da USP, entregue ao governo federal em 2022, medidas concretas de combate ao extremismo permanecem escassas, mesmo diante do aumento de ataques a escolas, como o ocorrido em Aracruz (ES) e a recente tentativa em Monte Mor (SP), ambos associados a símbolos neonazistas. A falta de ação política reflete a urgência de combater espaços virtuais onde jovens são expostos ao discurso extremista (Declercq, 2023).

Importante ressaltar que, embora tenha sido mais proeminente em certos momentos da história, como durante a ascensão do Terceiro Reich na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial, e em alguns casos desde então, essa **não é** uma ideologia aceita ou popular na maioria das sociedades. Cabe lembrar, entretanto, que grupos neonazistas e supremacistas brancos continuam a existir em algumas partes do mundo, geralmente operam à margem da sociedade e são frequentemente monitorados por autoridades de segurança. Além disso, muitos países como o Brasil possuem leis expressas para coibir o nazismo, como a lei Nº 7.716 de 1989 (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)” que em seu art. 20 diz “Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa (Brasil, 1989, s/p).

O código penal (1975) da Alemanha estabelece que é proibido negar os fatos do Holocausto – ocorrido entre 1941 e 1945 – e fazer qualquer tipo de propaganda de cunho nazista como o compartilhamento de imagens e até mesmo o uso de certas vestimentas que remeta ao evento, uma tentativa de inibir a promoção ao ódio racial e à violência associada a ideologias extremistas. Apesar da grande maioria das pessoas rejeitar o neonazismo e acertadamente condenar suas ideias abjetas, apesar das políticas em prol da tolerância, da diversidade e da inclusão e dos muitos esforços para combater o fanatismo e a intolerância, extremistas nazistas continuam a rondar e a ameaçar as sociedades em todo o mundo.

No Brasil os ataques à democracia partem de grupos e indivíduos ligados a ideologias extremistas e que tiveram uma maior visibilidade e se sentiram representados a partir das eleições de 2018, quando Jair Messias Bolsonaro, contumaz defensor da ditadura militar, foi eleito para a presidência da República. Vaz (2018) em sua tese de doutoramento expressa seu pesar pela escolha de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, enfatizando a incredulidade e o impacto negativo de um governo de extrema direita para a democracia e para os direitos das minorias, lamentando o apoio de milhões de eleitores que validaram esse projeto político.

Não posso aqui me furtar e peço licença para expressar o meu mais profundo pesar pelas escolhas de milhões de brasileiros que levaram à presidência da república um militar de extrema direita – parafraseando o jornal Libération em matéria publicada em 5 de outubro de 2018 –, Jair Bolsonaro é ultraradical “Racista, homofóbico, misógino e pró-ditadura. E, mesmo assim, ele seduziu o Brasil”. A manchete do diário francês nada tem de exagero, infelizmente, pois em 28 de outubro de 2018 ele recebeu o aval de 57,8 milhões de brasileiros (Vaz, 2018, p. 299).

A análise da autora traz à tona a perplexidade com a adesão popular a uma liderança que contradiz valores democráticos e de respeito à diversidade, destacando o potencial de retrocesso nas conquistas sociais. De fato, o governo Bolsonaro (2019-2022), reverbera a naturalização da violência e ataques à democracia no Brasil puderam ser vistos e, especialmente, registrados nas redes sociais, além de fartamente divulgados pela mídia. Um exemplo dos numerosos ataques do presidente ocorreu em discurso no dia 7 de setembro de 2021, proferindo ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF), ocasião em que admitiu que não iria cumprir nenhuma decisão do Supremo.

Segundo matéria da BBC News Brasil publicada em mesmo dia “Bolsonaro concentrou suas críticas ao STF na figura do ministro Alexandre de Moraes, que determinou nesta segunda (5/9) a prisão de apoiadores do presidente que publicaram ameaças ao tribunal e a seus membros”. Em outra matéria, registrada pelo portal G1 e TV Globo (31 de março de 2022), Guilherme Mazui e Paloma Rodrigues afirmam que o “Presidente elogiou obras dos presidentes militares, mas omitiu censura, torturas e assassinatos da ditadura. Ele voltou a atacar ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Lisandra Paraguassu (2022) escreveu que “Ao dar posse a novos ministros do dia do aniversário do golpe de 1964, o presidente Jair Bolsonaro usou a cerimônia do Palácio do Planalto para elogiar a ditadura militar”. “[...] Ele também defendeu o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por participar de atos antidemocráticos e ataques às instituições”. E disse [...] “Hoje, 31 de março. O que

aconteceu em 31? Nada. A história não registra nenhum presidente da República tendo perdido o seu mandato nesse dia. Por que então a mentira? A quem ela se presta?", começou o presidente. Depois, omitindo a violência do regime, a perseguição a opositores e a cassação de direitos individuais, disse que, na época, todos tinham direito de ir e vir (Mazui; Rodrigues (2022, s/p).

Líderes políticos como Bolsonaro adotaram discursos e práticas que minam os pilares da democracia, promovendo uma cultura de desrespeito às instituições democráticas e aos direitos humanos, o que tem levado a uma maior aceitação da violência e a uma ameaça à estabilidade democrática, o que abre espaço para o aumento de grupos neonazistas no país.

Um traço marcante - e esperado em todas as novas forças populistas, dos Estados Unidos à Europa - é o nacionalismo. O líder húngaro, Viktor Orban, sintetiza claramente esse componente quando declara que “não queremos entre nós nenhuma minoria com patrimônio cultural diferente do nosso”. [...] Em todos os casos estudados [...] os líderes populistas são grosseiros em seus discursos, declarações e conversas. Trump trata mal negros, mulheres e imigrantes, da mesma forma como o faz Bolsonaro em relação a gays, mulheres e índios. O curioso é que isso, passível de ser lido como um defeito, é tido como qualidade por seus eleitores, pois compreendido como prova de autenticidade, isto é, traços que os distinguem das elites políticas, odiadas por parte dos eleitores, que as culpabilizam por todos os males que sofrem (Empoli, 2020, apud Nascimento, 2024, p. 2-3).

É relevante salientar que o populismo moderno utiliza a demonização das elites para mobilizar o apoio popular, criando um ambiente propício para o crescimento de ideologias extremistas como o neonazismo no Brasil. A combinação de raiva, medo e exclusão não apenas polariza a sociedade, mas também ameaça os princípios democráticos fundamentais. Essa dinâmica exige uma profunda reflexão sobre como as narrativas populistas podem ser combatidas e como a sociedade pode trabalhar em direção à inclusão e à diversidade em um momento tão desafiador da nossa história.

Considerando este contexto, defendemos o pressuposto de que o crescimento de ideologias e grupos afeitos ao neonazismo afeta a segurança das minorias, uma vez que sua base ideológica se fundamenta na discriminação, no ódio e na violência, o que resulta em um aumento da violência racial e de gênero, colocando em risco a segurança de mulheres e da comunidade LGBTQIAP+, além de negros, indígenas, dentre outros. Neste sentido, esta pesquisa pretende contribuir para o debate e reflexão sobre as dinâmicas da ascensão do neonazismo brasileiro, alertando para a necessidade de denúncia dessas práticas, de sua prevenção e combate.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa, conforme definido por Zanella (2006), não se utiliza instrumentos estatísticos e concentra-se em análises descritivas. Já a pesquisa exploratória de acordo com Gil (2008) fundamenta-se na busca científica e modificação de conceitos, ajudando na formulação de problemas mais precisos. Os resultados da pesquisa indicam que as políticas públicas de combate a grupos extremistas são urgentes e necessárias para conter esse avanço.

## **2 A CRISE POLÍTICA ALEMÃ E O OVO DA SERPENTE: BREVE PANORAMA**

O ovo da serpente foi um conceito introduzido e aplicado em um filme de mesmo nome de Ingmar Bergman no ano de 1977. O filme faz uma metáfora da incubação de ideias que são perigosas para as sociedades que enfrentam na maioria das vezes crises sociais e políticas. A introdução de ideias extremistas como foi o nazismo na Alemanha adverte para que ainda que o perigo estivesse as vistas da população ele era ignorado e se tornava cada vez maior e mais destrutivo.

Vale lembrar que ao final da Primeira Guerra Mundial em 1918, a Alemanha saiu derrotada, em uma crise política, econômica e social, após a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919, que impôs ao país pesadas reparações financeiras além de restrições militares e perdas territoriais. O povo alemão se sentia humilhado e ressentido com as condições impostas pelo tratado. Neste contexto – diante de uma grande instabilidade política na então recente República de Weimar (República Alemã), que culminou no surgimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), fundado por Anton Drexler em 1920 partido e do qual Adolf Hitler se tornou líder em 1921. Sua ideologia combinava elementos nacionalistas, racistas e antissemitas, responsabilizando judeus, comunistas e outros grupos minoritários pela decadência da Alemanha, promovendo o ideal de superioridade racial ariana. (Glucroft, 2003).

Em 8 de novembro de 1923, Adolf Hitler, junto com outras figuras importantes do partido nazista, como o general Erich Ludendorff (um dos principais militares da Primeira Guerra), organizou uma reunião no Bürgerbräukeller, uma famosa cervejaria de Munique, onde políticos e empresários estavam reunidos. Hitler entrou no local com um grupo de paramilitares da SA (Sturmabteilung), anunciou que iniciaria uma revolução e declarou que o governo bávaro e a República de Weimar seriam derrubados. Hitler esperava obter o apoio de líderes locais, como Gustav von Kahr, que ocupava uma posição influente no governo bávaro, além de outras figuras militares e políticas. Embora Von Kahr e outros inicialmente

fossem forçados a apoiar o movimento sob a ameaça de violência, eles logo se distanciaram quando o golpe começou a fracassar (Toland, 2002; Shirer,2010; Lebovics, 2010).

No dia seguinte, 9 de novembro de 1923, cerca de 2.000 apoiadores nazistas marcharam pelo centro de Munique em uma tentativa de tomar o poder. Contudo, a polícia foi chamada e o confronto resultou em uma troca de tiros. A marcha foi rapidamente contida, deixando 16 nazistas e 4 policiais mortos. Hitler foi preso dois dias depois. A marcha foi rapidamente contida, deixando 16 nazistas e 4 policiais mortos. Hitler foi preso dois dias depois.

O fracasso do golpe teve importantes repercussões para o futuro do Partido Nazista e de Adolf Hitler, julgado por traição em 1924 e condenado a cinco anos de prisão, embora tenha cumprido apenas cerca de nove meses na prisão de Landsberg. Durante seu tempo encarcerado, ele escreveu *Mein Kampf* (Minha Luta), o manifesto que se tornaria a base ideológica do nazismo, no qual expôs suas ideias racistas, antisemitas e expansionistas (Toland, 2002; Shirer,2010; Lebovics,2010).

Para Toland (2002) o golpe fracassado foi transformado em um símbolo de resistência nacionalista, e os nazistas passaram a usar o evento como um elemento de propaganda, promovendo os mortos como mártires da causa. A partir daí, Hitler decidiu que a melhor forma de chegar ao poder seria através de meios legais, infiltrando-se e utilizando as estruturas políticas da República de Weimar para destruir a própria democracia por dentro.

Em 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova York ajudou para que o ideal nazista tivesse um grande crescimento juntamente com seu poder político, a hiperinflação e o desemprego generalizado, constituíam um clima de desespero e descontentamento entre a população, que buscava soluções rápidas e radicais. A Grande Depressão e o desemprego em massa, influenciou a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, permitindo a Adolf Hitler provocar deliberada e calculadamente a Segunda Guerra Mundial.

Ainda hoje, “quando se fala em crash da Bolsa, quebraadeira dos bancos, ruína das finanças domésticas, depressão, desemprego, guerra, Holocausto, Hiroshima, Nagasaki e mais um sem-número de desgraças, fica uma nítida impressão de que 1929 só gerou perdedores” (Sant’Anna, 2014, p.11).

Toland (2002) e Lebovics (2010) lembram que em 1933 Adolf Hitler se tornou o chanceler da Alemanha, um ano depois em 1934, com a morte do então presidente da república de Weimar, o Marechal de Campo Paul von Hindenburg, Hitler ocupou os dois cargos: de presidente e chanceler, tornando-se o comandante supremo da Alemanha e se

autodenominando o "Führer". Assim, o regime nazista se consolidou cada vez mais e implantou medidas autoritárias e discriminatórias. Foram suprimidos os direitos civis e políticos, os sindicatos foram dissolvidos e a oposição política foi perseguida.

A perseguição aos judeus, que culminou no Holocausto, é um dos episódios mais trágicos e complexos da história contemporânea, envolvendo um processo sistemático de exclusão, discriminação e extermínio. Uma das medidas iniciais desse regime foi a promulgação das Leis de Nuremberg, em 1935, que estabeleciam uma estrutura legal para a segregação dos judeus, e foram fundamentais para o seu processo de exclusão sistemática. Essas Leis não apenas retiraram a cidadania alemã dos judeus, mas também proibiram casamentos e relações sexuais entre judeus e não-judeus, definiam, de maneira racial e não religiosa, quem seria considerado judeu, categorizando as pessoas com base em sua ancestralidade e restringindo drasticamente direitos civis, políticos e econômicos dos judeus.

Assim, as Leis de Nuremberg tinham a função explícita e referendada de "preservar a pureza do sangue ariano", conforme acreditava a ideologia nazista insana e racista. Coube aos "cidadãos alemães a responsabilidade de procurar documentos genealógicos que comprovassem a inexistência de ascendência judaica em suas famílias" (Guterman, 2013, p. 55).

A esse processo de documentação, Claudia Koonz, em sua obra *Mothers in the Fatherland* (1987), chama de "complacência moral", quando a sociedade alemã, em sua maioria, aceitou e colaborou com essa política, muitas vezes sem questionar as consequências humanas catastróficas como o Holocausto que resultou no genocídio de aproximadamente seis milhões de judeus europeus entre homens, mulheres, idosos e crianças, juntamente com outros grupos perseguidos pelo regime nazista, como ciganos, pessoas com deficiências, prisioneiros políticos e homossexuais. Vale ressaltar que esse processo começou com a discriminação legal e social e culminou com extermínio em campos de concentração, como os campos de Auschwitz e Treblinka. Este episódio permanece como uma mancha indelével na história, desafiando continuamente estudiosos a compreender as causas e os mecanismos que permitiram tal atrocidade (Guterman, 2013).

Estudos sociológicos e históricos têm analisado o Holocausto não apenas como um fenômeno de ódio racial, mas também como um exemplo extremo de burocracia moderna, na qual a tecnologia, a ciência e a racionalidade foram instrumentalizadas para fins genocidas. Autores como Zygmunt Bauman, em *Modernidade e Holocausto* (1989), sugerem que o Holocausto não foi um "desvio" da civilização ocidental, mas uma possibilidade

inerente às suas estruturas de controle, vigilância e administração social. O Nazismo, portanto, pode ser definido como uma ideologia política ligada ao nacional-socialismo. Adolf Hitler figura central desta ideologia, conseguiu disseminar seus ideais de um nacionalismo extremo voltado para enfatizar a superioridade racial ariana. Eduardo Szklarz disse que “os arianos foram criados por Deus para prevalecer, mas havia um risco: ao se misturar com os povos inferiores, a raça ariana seria corrompida para sempre” (Szklarz, 2015 p.14).

Com o final da então Segunda Guerra Mundial e derrota da Alemanha Nazista o regime termina, mas a sua ideologia, a maligna herança e suas raízes sobrevivem como o ovo da serpente, marcando novas gerações, como resultado de uma receita macabra. Surge então, o Neonazismo uma ideologia extremista que busca resgatar e promover os ideais do nazismo tradicional. Neste “Novo Nazismo” sobrevivem ideais fundamentados no racismo, na xenofobia, no antissemitismo e no autoritarismo. Os neonazistas também defendem a supremacia racial branca e discriminam fortemente as minorias presentes nas sociedades. Esta ideologia se utiliza dos símbolos e da retórica do nazismo, adaptando-a para um contexto contemporâneo.

A pesquisadora Adriana Abreu Magalhães Dias em sua tese de doutorado (2018), define o Neonazismo da seguinte forma: existe um “nós” que é baseado na ideologia da superioridade racial branca e há também a construção do “outro” como um inimigo, alimentando o ódio e fomentando os grupos de movimentos extremistas. A autora diz:

Neste ponto, defino neonazismo como uma miríade de movimentos extremamente heterogênea, na qual cada grupo articula a partir de uma narrativa bi-dimensional (mítica e biológica) um modo característico de ler elementos históricos, sociais, míticos, biológicos, religiosos ou de qualquer outra ordem, dentro de um grau específico de nazificação e sob uma ótica radicalmente racializada e com certos aspectos paranoicos, de modo a formatar uma noção de nós‘ como o povo branco‘, superior, que se contraporia ao outro‘ por ele construído como inimigo‘ e profundamente odiado, elaborando que sua sobrevivência‘ dependeria de uma masculinidade exacerbada, exaltada, violenta, nacionalista, antissemita, disposta a morrer pela causa defendida e pela perpetuação do grupo, colocando-se em estado permanente de alerta, sob ameaça‘ e em guerra (Dias, 2018 p.153).

Dias explica que esta ideologia transforma a percepção dos indivíduos e justifica ações violentas e de descriminalização levando-os a se verem como guerreiros em uma luta constante com os chamados “outros”, de forma que a construção desta narrativa reforça a identidades dos grupos extremistas, perpetuando um ciclo de violência, ódio e conflito

mostrando a complexidade do neonazismo que se utiliza de elementos históricos para distorcer a realidade.

### **3. REFLEXÕES SOBRE A ASCENÇÃO DO NEONAZISMO NO BRASIL**

A crise política que se instaurou no Brasil a partir de 2016 marcou um ponto de inflexão na democracia do país, evidenciada pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Este evento, amplamente considerado como um golpe, foi orquestrado por uma coalizão política conhecida como Centrão, que buscou desestabilizar o governo e promover a ascensão da extrema-direita.

O impeachment de Dilma, que governou de 2011 a 2016, não foi apenas um reflexo de descontentamentos econômicos, mas também de uma série de mobilizações sociais que se intensificaram desde 2013. A falta de uma política de base sólida e a crise econômica desenvolvida para um ambiente propício à radicalização política e ao fortalecimento de grupos conservadores. Essa dinâmica não apenas alterou o cenário político, mas também teve consequências para a governança e a estabilidade democrática no Brasil.

Estudos acadêmicos ressaltam que o golpe de 2016 não foi um evento isolado, mas parte de um processo mais amplo de erosão das instituições democráticas. A análise desse período é crucial para entender as continuidades e discontinuidades na política brasileira, bem como os desafios que a democracia enfrenta atualmente. Portanto, investigar as causas e consequências dessas consequências é importante para a construção de um futuro democrático mais resiliente e inclusivo.

Importante destacar que o golpe de 2016 não deve ser visto como um evento isolado, apesar de dias emblemáticos como 17 de abril, pois representa o ápice de um extenso processo de ruptura com a ordem democrática, caracterizado pela construção de um imaginário e por ações abertamente hostis à Constituição de 1988. Além disso, esse processo ultrapassa as fronteiras nacionais, possuindo uma dimensão internacional fundamental para seu sucesso (Chaloub, Medeiros, Lima, 2021 s/p).

Rodrigues (2015) afirma que o “Centrão” por ser um movimento suprapartidário e não possuir nenhum compromisso ideológico partidário com grupos políticos, consegue se flexibilizar para defender seus próprios interesses, o que resultou na queda da presidenta. Segundo Carlos Oliveira Jacques Neto, esse momento significativo na história política do Brasil, especificamente em 2016, acontece com a destituição da presidenta Dilma Rousseff.

Certo que, inaugura-se uma crise na democracia representativa brasileira no ano de 2016, entramos em uma fase da aceleração da negação aos direitos e as garantias dos trabalhadores estabelecidas na constituição de 1988 com a derrubada da presidenta Dilma Rousseff pelos grupos políticos do chamado “centrão”, representados por Michel Temer, então, vice-presidente na aliança com o Partido dos Trabalhadores (Jacques Neto, 2022, p. 24).

Para o autor, o golpe resultou em mudanças significativas no cenário político e na abordagem dos direitos e garantias dos trabalhadores estabelecidos na Constituição de 1988. A destituição da presidenta foi um evento importante na política brasileira, pois marca um ponto de crise na democracia representativa do país.

Jacques Neto (2022), nos mostra que essa crise envolveu uma negação dos direitos e garantias dos trabalhadores estabelecidos na Constituição de 1988, que se estabelece com mais força com o governo do então vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência após a saída de Dilma Rousseff e participou ativamente do golpe. Com o início do governo Temer, começa a implantação de uma política voltada para o neoliberalismo, que ganha maior força em nosso país, a partir de narrativas contra a corrupção fundamentadas em sua maior parte pelas chamadas *fake News* que alimentaram as elites neoliberais e acabou culminando com a maior visibilidade de políticos do chamado “baixo clero” “expressão criada no tempo do deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes do processo de redemocratização do país, para definir o poder dos deputados de pouca expressão movidos principalmente por interesses paroquiais ou pessoais” (Costa, 2019, s/p).

A operação Lava-Jato, liderada pelo então juiz Sérgio Moro sob o pretexto de combater a corrupção, resultou na prisão de diversos políticos, incluindo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado sem provas efetivas a nove anos de prisão. Essa prisão, amplamente criticada por ser arbitrária e politicamente motivada, aprofundou a polarização política no Brasil e elevou a popularidade de figuras novas na política. Especialistas, como o jurista Luís Roberto Barroso destacam a importância do devido processo legal como essencial para a democracia, reforçando que a prisão deve ser exceção, não regra (Barroso, 2018).

O autor reforça a ideia de que a utilização da prisão como ferramenta política compromete os princípios democráticos e gera desconfiança nas instituições. A partir do golpe de 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, os ideais da extrema-direita foram ancorados por ideologias fascistas que passam a ter uma visibilidade maior.

A ideologia é um conjunto de ideias, crenças e valores que podem ser usados para darem uma justificativa e legitimar uma estrutura de poder que existe em uma determinada sociedade. Segundo a autora Marilena Chauí (1980), a ideologia vai desempenhar um papel significativo na manutenção das desigualdades e na perpetuação de um estado das coisas. A filósofa nos sugere que a ideologia pode ocultar e distorcer as verdadeiras relações de poder e exploração perante a tal sociedade e assim tornando-se essas relações de poder e explorações aceitáveis pelas massas.

De fato, um dos traços fundamentais da ideologia consiste; justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa a realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas e a capacidade de ou não que elas possuem para explicar a realidade que as provocou (Chauí, 1980, p. 13).

Neste ponto a autora destaca que o fundamental sobre a ideologia é a tendência que ela tem em tomar as ideias como uma base independente da realidade, explicando que as ideias são moldadas e que sofrem influência por essa realidade. Portanto a ideologia é composta pelas ideias, crenças e valores de uma sociedade.

A filósofa Hannah Arendt (1991) faz uma análise profunda e esclarecedora sobre essa questão em sua obra "Origens do Totalitarismo". Para Arendt, o totalitarismo é um sistema onde o Estado exerce controle absoluto, eliminando liberdades individuais e impondo uma única ideologia por meio de propaganda, violência e repressão, gerando, paradoxalmente, desafios internos para a sustentação do próprio movimento.

O possuir poder significa o confronto direto com a realidade, e o totalitarismo no poder procura constantemente evitar esse confronto, mantendo o seu desprezo pelos fatos e impondo a rígida observância das normas do mundo fictício que criou. Já não basta que a propaganda e a organização afirmem que o impossível é possível, que o incrível é verdadeiro e que uma coerente loucura governa o mundo; o principal esteio psicológico da ficção totalitária — o ativo ressentimento contra o status quo, que as massas recusaram aceitar como o único mundo possível — já não existe, e cada fragmento de informação concreta que se infiltra através da cortina de ferro, construída para deter a sempre perigosa torrente da realidade vinda do lado não totalitário, é uma ameaça maior para o domínio totalitário do que era a contrapropaganda para o movimento totalitário (Arendt, 1991 p.339).

O totalitarismo busca evitar um confronto direto com a realidade e sempre vai trazer à mente um desprezo pelos fatos, utilizando-se de violência e propaganda para impor silenciamentos. Esse controle inibe as liberdades e suprime a pluralidade social. Governos

totalitários, como os de Benito Mussolini (1883-1945) na Itália e Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha, exemplificam esse processo (Arendt, 1991).

A luta pelo domínio total de toda a população da terra, a eliminação de toda realidade rival não totalitária, eis a tônica dos regimes totalitários; se não lutarem pelo domínio global como objetivo último, correm o sério risco de perder todo o poder que porventura tenham conquistado. Nem mesmo um homem sozinho pode ser dominado de forma absoluta e segura a não ser em condições de totalitarismo global (Arendt, 1991 p.339).

Se o desempenho da propaganda teve um papel importante na ascensão de Adolf Hitler ao poder e na declaração do regime nazista na Alemanha durante os anos de 1930, o totalitarismo no poder substituiu a propaganda pela doutrinação e empregou a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos planos iniciais, quando ainda existe oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e mentiras utilitárias. A propaganda totalitária ameaça as pessoas com a possibilidade de perderem o "trem da história", de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo, de esbanjarem suas vidas inutilmente. Ela confere ao Estado plenos poderes de decidir arbitrariamente sobre tudo aquilo que a população pode ou não acessar, em todos os aspectos de sua vida (Franco, 2021, grifo nosso).

Lembramos que “Goebbels deu início ao processo de Gleichschaltung da vida cultural alemão. O processo de Gleichschaltung, que pode ser traduzido como "sincronização" ou "alinhamento", foi uma política de ruptura pelo regime nazista na Alemanha a partir de 1933, com o objetivo de reorganizar todos os aspectos da vida política, social e cultural de acordo com uma ideologia nacional-socialista. Essa estratégia visava eliminar qualquer forma de oposição e garantir que todas as instituições e organizações permanecessem sob o controle do Partido Nazista (History Channel Brasil, 2019).

Dessa forma, a criação do "Ministério do Esclarecimento e Propaganda Pública" por Joseph Goebbels em março de 1933 foi um passo fundamental para o Gleichschaltung da sociedade alemã. Como vimos, as ações do órgão visavam assumir o controle absoluto da imprensa e dos meios de comunicação, supervisionando jornais, revistas, filmes, livros, eventos públicos, relações com a imprensa estrangeira, teatro, arte, música, rádio e televisão. Em 1935. Assim, a nazificação da Alemanha atingiu seu ápice com a fusão dos símbolos do Partido Nazista e do Estado, e a privação da cidadania dos judeus alemães durante a imposição do sistema Gleichschaltung (History Channel Brasil, 2019).

No Brasil o neonazismo sempre existiu em nichos marginalizados, mas ganhou força e visibilidade a partir de um ambiente político mais polarizado, especialmente durante a ascensão da extrema direita entre 2016 e 2018. A candidatura e, posteriormente, a presidência de Bolsonaro 2019 foram marcadas por uma retórica ecoando valores conservadores e autoritários, em uma plataforma que, embora não oficialmente ligada ao neonazismo, promovia uma cultura cujas ideias de mundo, em vários aspectos, dialogava com os ideais desses grupos.

A retórica do governo Bolsonaro, ao atacar de forma constante minorias, movimentos progressistas, a imprensa e instituições democráticas, acabou criando um ambiente propício para o ressurgimento de discursos de ódio, como aqueles propagados por grupos neonazistas. Elementos do discurso bolsonarista, como a defesa de um nacionalismo exacerbado, a glorificação de figuras autoritárias e a rejeição aos direitos humanos universais, serviram como um catalisador para que setores extremistas se sentissem legitimados a se expressar de forma mais aberta e agressiva (Poroger; Beresin, 2023).

A eleição de Bolsonaro causou uma divisão profunda na sociedade brasileira, com uma campanha marcada pela retórica que polarizava as massas, caracterizado por uma postura autoritária e desdenhosa em relação às instituições democráticas do Brasil, alvo de críticas contundentes. Durante seu mandato, Bolsonaro não apenas desconsiderou princípios democráticos fundamentais, mas também prestou homenagens a torturadores da ditadura militar, revelando uma postura preocupante em relação aos direitos humanos e à memória histórica do país. Essa postura discriminatória contribuiu de forma extremamente danosa para a perpetuação de estereótipos prejudiciais e para o enfraquecimento da luta por igualdade e diversidade no Brasil.

É o caso do Brasil com a chegada ao poder de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018. Esta eleição de um demagogo de direita é um prenúncio de que a violência, o terror e a barbárie vieram para demolir os ideais republicanos democráticos? Os simpatizantes de Bolsonaro ignoraram que o candidato da extrema direita era um político formado na dita “velha política”, com vinte e sete anos na vida pública, nunca trabalhou, tendo passado por sete partidos diferentes e no seu período de mandato conseguiu transformar em norma jurídica somente cinco projetos de sua autoria. Este personagem da ideologia neofascista nunca ganhou a simpatia dos seus pares no parlamento, tanto é, que sempre fez parte da bancada dita do “baixo clero”, deputados insignificantes, destituídos de articulação para compor projetos de interesse coletivo (Jacques Neto, 2022, p.26).

É pertinente observar que os apoiadores de Bolsonaro parecem ter negligenciado o fato de que o candidato, apesar de ser associado à nova política, possui uma extensa trajetória

na chamada "velha política". Com vinte e sete anos de atuação na vida pública, sua carreira política transcorreu por sete partidos distintos. Surpreendentemente, ao longo de seu mandato, apenas cinco projetos de sua autoria foram transformados em norma jurídica. A narrativa de Bolsonaro como uma figura vinculada à ideologia neofascista se intensifica quando consideramos que ele nunca angariou a simpatia de seus colegas no parlamento. Sua participação constante na bancada do "baixo clero", composta por deputados considerados insignificantes e desprovidos de articulação para a elaboração de projetos de interesse coletivo (Messenberg, 2010).

O crescimento da extrema direita no Brasil simbolizado pela eleição de Bolsonaro deu novo fôlego ao neonazismo e a outras formas de extremismo. Grupos que antes se mantinham nas sombras passaram a aderir ao discurso bolsonarista e em difundir suas ideologias nas redes sociais e até mesmo em espaços públicos. A disseminação de teorias da conspiração, o discurso antivacina, o negacionismo histórico e científico, além da exaltação de figuras autoritárias, contribuíram para fortalecer um caldo cultural no qual o neonazismo encontrou espaço para florescer.

Segundo matéria publicada no Jornal El País Brasil em 17 de janeiro de 2020, o então secretário de Cultura Roberto Alvim causou polêmica em pronunciamento oficial ao reproduzir trechos de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda nazista, acompanhado da música de Wagner, compositor favorito de Hitler. Alvim afirmou que a "arte brasileira será heroica e nacional", frase que remete diretamente a declarações de Goebbels sobre a arte alemã. A repercussão foi imediata, gerando críticas do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e da Confederação Israelita do Brasil. Alvim inicialmente alegou "coincidência retórica", mas reconheceu a semelhança ao afirmar que assinava "em baixo" das ideias, defendendo que foram buscadas referências sobre nacionalismo em arte. Após a pressão e novos pedidos de desculpas à comunidade judaica, ele foi demitido pelo Governo (El País Brasil, 2020, s/p).

Diversas declarações de figuras do alto escalão do governo Bolsonaro causaram controvérsia por remeterem a práticas autoritárias da ditadura militar, suscitando preocupações sobre a postura democrática da gestão. O ministro da Economia, Paulo Guedes, mencionou a possibilidade de um novo AI-5 — o mais repressivo dos atos institucionais do período ditatorial, adotado para intensificar a repressão — após uma declaração semelhante do deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, que sugeriu a medida como resposta a uma eventual radicalização da esquerda. Jair Bolsonaro, por sua

vez, construiu parte de sua carreira política defendendo figuras polêmicas do regime militar, incluindo o coronel Carlos Brilhante Ustra, conhecido por torturas brutais (El País Brasil, 2020).

Em matéria publicada no site Brasil de Fato o jornalista Paulo Motoryn (2022) escreve que a eleição de Jair Bolsonaro está diretamente ligada ao crescimento do neonazismo no Brasil. O aumento de grupos extremistas, o crescimento de crimes de apologia ao nazismo e a intensa disseminação de conteúdos com teor neonazista na internet foi identificada em pesquisas publicadas nos últimos anos. O interesse da academia e de veículos de imprensa sobre o tema reflete uma preocupação cada vez maior expressa por pesquisadores, organizações e movimentos ligados à questão judaica e organizações populares (Motoryn, 2024, s/p).

Para a jornalista Julia Braun da BBC News é mais um sinal de alerta para o crescimento dos movimentos neonazistas no país. "Há um renascimento de grupos neonazistas no Brasil. Vimos algo semelhante acontecer nos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump, quando membros da extrema direita se achavam no direito de expressar e dizer qualquer coisa (Braun, 2023, s/p).

Silva em matéria publicada no site Brasil Escola (2023), explica a diferença entre neonazismo e nazismo: “[...] os neonazistas escoram-se nos ideais nazistas, dando-lhes uma nova aparência em alguns casos, mas usam esses ideais para promover o ódio contra diferentes grupos da sociedade, tais como negros, judeus, católicos, mulheres feministas, anarquistas, comunistas etc.” (Silva, 2023, s/p).

Vale ressaltar que o neonazismo teve origem na Europa, mais especificamente, nas alas radicais da direita, formado por nazistas que sobreviveram à segunda guerra mundial em 1945. A ideologia nazista resistiu a partir de “[...] muitos grupos e associações, que atuavam na clandestinidade, mas também adentrou na política profissional com a formação de partidos que aglomeravam os neonazistas. Esses partidos utilizavam uma linguagem mais branda para mascarar a influência nazista” (Silva, 2023, s/p.).

O neonazismo, portanto, pode ser visto como uma reinterpretação contemporânea do nazismo, resgata a crença na superioridade da "raça ariana" e demoniza aqueles que não se encaixam nesse ideal. Como afirmam os estudiosos Michel Gherman e Anita Efraim (2022) essa ideologia é caracterizada por um discurso essencialmente racista e xenófobo, que busca culpar minorias por problemas sociais e econômicos, como desemprego e criminalidade. Além disso, o neonazismo se alimenta de um imaginário que glorifica figuras históricas

como Adolf Hitler, enquanto nega a realidade do Holocausto, afirmando que o genocídio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial nunca ocorreu. Essa negação é uma estratégia deliberada para deslegitimar a memória das vítimas e perpetuar a narrativa de superioridade racial.

Os grupos neonazistas também são conhecidos por sua misoginia e homofobia, atacando frequentemente feministas e membros da comunidade LGBTQIAP+. Essa hostilidade faz parte de uma agenda mais ampla que busca restaurar uma ordem social que eles consideram "pura" e "tradicional", deslegitimando qualquer forma de diversidade. A divulgação dessas ideias é facilitada por uma linguagem que disfarça o conteúdo extremista sob um manto de nacionalismo e patriotismo, atraindo assim novos adeptos que podem não se identificar inicialmente com a ideologia neonazista, mas que concentram sentimentos de descontentamento e exclusão.

É importante destacar que é preciso combater e denunciar narrativas neonazistas, uma forma importante de promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, que valorize a diversidade e os direitos humanos. Portanto quando analisamos o crescimento do neonazismo no Brasil é fundamental entendermos que estas ideias se aproveitam das crises para se reerguerem. “O ovo da Serpente” nos ensina que tais ideias nunca são extintas elas sempre estão à espera de uma nova oportunidade para eclodir e se alastrar.

De acordo com o relatório do Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (2019-2022) que analisa o crescimento de incidentes antissemitas no país, as agressões verbais, durante a pandemia de Covid-19, aumentaram nos períodos de restrição de circulação e com a implementação de medidas de saúde pública como o uso de máscaras e o passaporte vacinal. No contexto global, o discurso antissemita reflete uma retórica que associa as restrições sanitárias ao sofrimento dos judeus sob o nazismo: o uso obrigatório de máscaras foi comparado ao uso da estrela amarela, e as restrições de circulação são associadas ao confinamento em campos de concentração. A vacina, descrita como “experimental”, foi vista como uma manipulação dos judeus, que supostamente controlariam a indústria farmacêutica e estariam lucrando com a pandemia.

O relatório menciona a médica Nise Yamaguchi, cujo discurso em defesa da hidroxicloroquina incluía paralelos entre a suposta "vitimização" de pacientes e o Holocausto, o que resultou em seu afastamento do Hospital Israelita Albert Einstein. A

banalização de símbolos e eventos históricos do Holocausto, presente nesses discursos, é interpretada como antissemita, embora também se observe que tais argumentos atingem outros grupos, como imigrantes e refugiados, com a circulação de fake news e teorias conspiratórias sobre muçulmanos violando o lockdown (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2019-2022).

Em 2021, o então presidente Jair Bolsonaro participou de 13 motocicletas oficiais, eventos que causaram divisões na sociedade brasileira ao evocarem uma estética associada ao fascismo, segundo análises de mídia, e reforçarem o apoio de sua base mais radical. Esses eventos, com ampla repercussão e alto custo para os cofres públicos, foram utilizados como palanques em meio à queda de popularidade de Bolsonaro devido à inflação e às denúncias da CPI da Covid. Nas motocicletas, ele aproveitou para lançar discursos golpistas, questionando a legitimidade das urnas eletrônicas e intensificando a crise institucional. Mesmo em municípios com restrições sanitárias, Bolsonaro não usava máscara, enquanto eventos semelhantes também ocorreram fora do Brasil, como em Miami e Doha (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2019-2022).

O mesmo relatório também detalha as ações do grupo "Os 300 do Brasil", um movimento de extrema-direita composto por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e inspirado em práticas supremacistas e paramilitares. Liderado por Sara Geromini, conhecida como Sara Winter (nome adotado em referência a uma militante nazifascista britânica), o grupo se tornou alvo de investigações por formação de milícia e atividades paramilitares, com o uso de armas alegado para "proteção".

O grupo organizou protestos em Brasília, onde seus membros, vestindo capuzes e portando tochas, imitavam a estética de movimentos como a Ku Klux Klan e faziam apologia ao fechamento do Congresso, à intervenção militar e ao retorno do AI-5. Em alguns desses eventos, chegaram a lançar fogos de artifício contra o prédio do Supremo Tribunal Federal e tentaram invadir o Congresso Nacional. Segundo o historiador Federico Finchelstein, tais manifestações, ainda que isoladas, representam um sintoma do caráter antidemocrático do então presidente, refletindo a defesa do militarismo e o desrespeito às instituições democráticas (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2019-2022).

Um exemplo perturbador vem do mapeamento feito pela Antropóloga Adriana Dias que apresenta um crescimento de 270,06% em janeiro de 2019 de grupos neonazistas no país. Em matéria apresentada no programa Fantástico da rede globo a pesquisadora afirmou a existência de ao menos 530 células neonazistas no Brasil. Na mesma reportagem a juíza

federal e pesquisadora Claudia Dadico ressalta a falta de uma legislação mais clara para fiscalizar os discursos dessas células. Ela diz:

Os casos que tenho acompanhado da Polícia Federal tem tido realmente um esforço grande no sentido de investigar e punir. O que ocorre é que muitas vezes alguns operadores do direito têm uma compreensão da liberdade de expressão que acaba, de certa forma, obstaculizando a punição desses crimes, que claramente não se situam dentro do campo da liberdade de expressão (Fantástico, 2022 s/p).

De acordo com a Central Nacional de Denúncias da Safernet, houve um aumento expressivo nas denúncias de atividades neonazistas nos últimos anos. Em 2022, o número de denúncias cresceu 120% em relação ao ano anterior, passando de 578, registradas em 2021, para 1.273 no ano seguinte. Esse aumento faz parte de uma tendência já observada em anos anteriores. Em 2020, as denúncias de ações neonazistas apresentaram um crescimento ainda mais acentuado, com uma alta de 740,7% em relação a 2019, passando de 1.071 para 9.004 denúncias (Boehm, 2024, s/p).

Segundo as pesquisas de Adriana Dias, atualmente há mais de 10 mil novos militantes neonazistas distribuídos em 52 grupos organizados, com 530 células espalhadas pelo país. Beiguelman destaca que o neonazismo não surge de maneira repentina, mas se desenvolve por meio de uma "domesticação do imaginário coletivo", tornando-se cada vez mais presente no cotidiano (Beiguelman, 2022, s/p).

Uma segunda análise conduzida pela organização não-governamental “Fiquem Sabendo” revelou que, entre janeiro de 2019 e novembro de 2020, foram abertos 159 inquéritos pela Polícia Federal relacionados à apologia ao nazismo. Esse número é significativamente superior aos 143 casos registrados ao longo dos 15 anos anteriores, de 2003 a 2018. Esses dados ilustram o crescimento preocupante do neonazismo no país, impactando diretamente minorias e intensificando a violência. A escalada do movimento neonazista no Brasil apresenta-se como uma aparência perigosa, especialmente quando respaldada por discursos extremistas e ações antidemocráticas de apoio governamental (Ribeiro, 2024, s/p).

Não por acaso

Foi a partir de 2019 que as células neonazistas se multiplicaram no país. Na esteira do discurso do presidente Jair Bolsonaro e do avanço da direita política no Brasil, esses grupos se sentiram autorizados a atuar. Não é exagero dizer que esses movimentos se identificam com o nacionalismo exacerbado do bolsonarismo. Isso começa pelo slogan de campanha do presidente — “Brasil acima de tudo” —, semelhante a “Deutschland über

alles”, que significa “Alemanha acima de tudo”, bordão utilizado na Alemanha de Hitler (Bechara, 2022, s/p).

A questão reflete um fenômeno sociopolítico complexo no Brasil, onde o discurso de Jair Bolsonaro ressoa com um nacionalismo exacerbado, caracterizado por uma visão dicotômica da sociedade — dividindo patriotas e inimigos da nação — é um recurso mobilizador que se alinha a práticas históricas de exclusão e autoritarismo, evocando paralelos com regimes totalitários do passado, como o nazismo.

Em 1 de julho de 2022 o país assistiu pelo noticiário o hasteamento da bandeira nazista numa escola no Rio de Janeiro, mais precisamente no parque aquático do Colégio Militar, uma unidade de ensino. Tratava-se de uma encenação sobre a criação do distintivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou contra a Alemanha e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A encenação com a bandeira nazista contou com a participação de civis e militares e num dado momento houve uma saudação ao ditador alemão Adolf Hitler. O evento fez parte de uma comemoração da arma de Infantaria do Colégio Militar do Rio de Janeiro e foi promovido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 5).

Nesse sentido, os slogans "Brasil acima de tudo" e "Deutschland über alles" sugere uma retórica que não apenas busca unificar sob uma bandeira nacional, mas também silenciar vozes dissidentes, reforçando uma narrativa de homogeneidade que ignora a diversidade cultural e social do país. Assim, essa dinâmica revela não apenas uma estratégia política, mas também um retorno a ideais fascistas que ameaçam a pluralidade democrática, evidenciando a necessidade de um olhar crítico sobre as implicações sociais e éticas desse tipo de nacionalismo (Santos, 2021; Gherman, 2024).

Em relatório preliminar do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) enviado à ONU em 6 de abril de 2024, foi destacado um aumento significativo de movimentos neonazistas no Brasil, com especial ênfase no estado de Santa Catarina. O CNDH aponta um cenário alarmante, caracterizado pelo crescimento desses grupos e pelo discurso de ódio direcionado principalmente a mulheres e à população LGBTQIAP+.

O relatório menciona a pesquisa da antropóloga Adriana Dias, realizada em 2022, que revelou que Blumenau, com seus 365 mil habitantes, abriga 63 células neonazistas. Em comparação, a capital paulista possui 96 células, mas com uma população de 12 milhões. Além disso, o CNDH destaca que as células neonazistas no Brasil cresceram 270,6% entre janeiro de 2019 e maio de 2021, totalizando mais de 530 núcleos extremistas identificados em todo o país no início de 2022. A situação é ainda mais preocupante em Santa Catarina,

onde houve um aumento de 60,7% nas denúncias anônimas relacionadas ao neonazismo entre 2020 e 2021. O CNDH também mencionou casos específicos no estado, como um grupo que comercializava artefatos nazistas (CNDH, 2024; Rodrigues, 2024).

Dados do Relatório Antissemita (2024) demonstram o crescimento das células neonazistas ano a ano, de 2015 a 2022, saltando de 72 células em 2015 para 1.117 células no ano 2022 (Bechara, 2022, s/p). Conforme observa-se, nos anos seguintes a eleição de Jair Bolsonaro, ocorreu um aumento exponencial de células neonazistas no Brasil, um salto de mais de 1000%.

A seguir, na tabela de número 1 são apresentados os registros coletados sobre diferentes tipos de violência causados por esses grupos.

**Tabela 1** – Registros coletados sobre violência

Registros coletados		
Tipo	Qtde	%
Violações	169	44%
Notícias complementares	134	35%
Ações (polícia e judiciário)	44	11%
Análises	37	10%
Total	384	100%

**Fonte:** Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2023  
(\*) até 31/12/2022

A Tabela 1 categoriza os registros em quatro tipos: "Violações", "Ações (Polícia e Judiciário)", "Notícias Complementares" e "Análises", totalizando 384 registros com 169 registros, as violações representam a maior categoria, correspondendo a 44% do total. Este dado reflete a prevalência significativa de incidentes antissemitas e correlações ocorridas no período específico. A predominância de evidências pode indicar um ambiente social hostil, onde atos discriminatórios e de ódio, incluindo agressões e propaganda antissemita, são expressivos. Esse contexto sugere a necessidade urgente de políticas de prevenção e educação para reduzir tais comportamentos. - A alta proporção também reforça a relevância de monitoramento contínuo e o papel do OJDHB em documentar esses eventos para aumentar a conscientização sobre a dimensão do problema. A tabela 2 apresenta as violações classificadas.

**Tabela 2 – Violações classificadas de 01/01/2019 a 30/06/2022**

<b>Violações classificadas</b>			
<b>Anos</b>	<b>Antissemitismo</b>	<b>Neonazismo</b>	<b>Total</b>
<b>2019</b>	12	12	24
<b>2020</b>	14	21	35
<b>2021</b>	18	49	67
<b>2022(*)</b>	11	32	43
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>114</b>	<b>169</b>

**Fonte:** Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2023

(\*) até 30/06 2022

Conforme podemos observar, os dados tabelam 2 demonstram que eventos de “Violações Antissemitas” e “Neonazistas” praticamente dobraram anualmente entre 2019 e 2022. Esse aumento constante é uma evidência de intensificação de ações extremistas, o que exige uma resposta urgente das autoridades e da sociedade civil para conter essa tendência.

**Tabela 3 – Violações por tipo de ação**

<b>Violações por tipo de ação</b>							
<b>Anos</b>	<b>Agressão Verbal</b>	<b>Propaganda</b>	<b>Manifestação</b>	<b>Violência física + evitada</b>	<b>Vandalismo</b>	<b>Deslegitimação de Israel</b>	<b>Total</b>
<b>2019</b>	8	2	7	1	0	6	
<b>2020</b>	14	6	9	4	1	1	<b>35</b>
<b>2021</b>	15	9	35	6	0	2	<b>67</b>
<b>2022(*)</b>	10	11	75	10	3	5	<b>43</b>
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>28</b>	<b>126</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>240</b>
<b>%</b>	<b>19,6%</b>	<b>11,7%</b>	<b>52,5%</b>	<b>8,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>5,8%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022 (adaptado)

(\*) até 31/12/2022

Os dados da tabela 3 demonstram o aumento de denúncias cometidas por grupos neonazistas em todas as ações. Ressalta-se um aumento na escalada da agressão verbal (19,6%) e manifestações (52,5%). A Violação por Ação, evidencia que as ações violentas aumentaram quase o dobro a cada ano. Isso não preocupa apenas as autoridades, mas também aponta para uma normalização da violência entre grupos extremistas. A análise das

tendências e dos tipos de ações revela um quadro alarmante de radicalização e intensificação de ações extremistas no Brasil. O crescimento dessas ações também aponta para a urgência em implementar medidas de segurança pública e educação. A tabela 4 apresenta os dados de violação por autor de 01/01/2019 a 30/06/2022.

**Tabela 4 – Violações por Autor**

<b>Violações por Autor</b>						
<b>Anos</b>	<b>Extremistas + Bolsonaristas</b>	<b>Presidente + Governo</b>	<b>Mídia</b>	<b>Cargos Públicos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>2019</b>	6	2	7	6	3	24
<b>2020</b>	14	6	8	4	3	35
<b>2021</b>	39	7	6	11	4	67
<b>2022(*)</b>	44	3	7	9	51	43
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>18</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>61</b>	<b>169</b>
<b>%</b>	<b>43%</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>13%</b>	<b>25%</b>	<b>100%</b>

: Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022 (Adaptado)  
(\* ) até 30/06/2022.

Entre os autores, foram identificamos “profissionais de mídia (atores, cantores, apresentadores), políticos, jornalistas, líderes religiosos, professores, membros da força policial (policiais, delegados), do judiciário (advogados, juízes), membros do executivo e funcionários de governo, em variados escalões”( Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 33). Conforme podemos observar a maioria dos indivíduos que cometeram tais violações e ações são especialmente extremistas ligados as ideias do então presidente. Um segundo relatório do Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil os dados coletados e expostos são muito mais alarmantes.

Os dados revelam que muitos perpetradores estão associados a ideais extremistas ou são apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, dizendo que uma política populista pode estar alimentando a violência contra minorias. A uma análise conjunta dos dados das tabelas evidencia um crescimento alarmante das revelações antissemitas e neonazistas no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro. A conexão entre a retórica populista e o aumento da violência contra minorias é evidente, refletindo um clima político polarizado onde a intolerância se torna cada vez mais aceitável.

Os dados também sugerem que a propaganda populista, caracterizada por sentimentos de raiva e medo, tem sido eficaz na mobilização de grupos extremistas. O uso das redes sociais para divulgar mensagens que incitam ao ódio contribui para a radicalização de indivíduos e grupos. Os dados da tabela 5 são referentes ao relatório apresentado no

período entre 01/07/2022 a 31/12/2022, último semestre de governo de Jair Bolsonaro. Neste período o OJDHB dispunha de um total de quase 700 registros, destes 240 foram identificados como violações dos direitos humanos.

**Tabela 5 – Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil**

<b>Tipo</b>	<b>Qtde</b>	<b>%</b>
<b>Notícias anteriores a 2019</b>	25	3,6%
<b>Violações – 01/01/2019 a 31/12/2022</b>	240	34,4%
<b>Ações e decisões Judiciais</b>	32	4,6%
<b>Ações e Decisões Policiais</b>	30	4,3%
<b>Notícias complementares</b>	220	31,6%
<b>Análises e referências</b>	150	21,5%
<b>Total</b>	697	100%

**Fonte:** observatório judaico de direitos humanos no brasil, 2023

Conforme se constata, foram registrados 697 casos, divididos em: notícias anteriores a 2019; violações entre 2019 e 2022; ação e decisões judiciais e policiais; notícias complementares e, por fim, as análises e referências. No primeiro momento o OJDHB já tinha chamado a atenção para o crescimento de eventos antissemitas e neonazistas a tendencia continuo segundo os dados apresentados no segundo relatório como podemos ver na tabela seguinte. Conforme se observa, as violações (34,4%) e notícias complementares (31,6%) aumentaram de forma exponencial no período. Um dado interessante constatado é que ainda que tenha ocorrido um aumento nas ações e decisões judiciais (4,6%) e nas ações policiais (4,3%) ficam evidenciado que o ritmo da polícia e da justiça no combate aos crimes é muito lento.

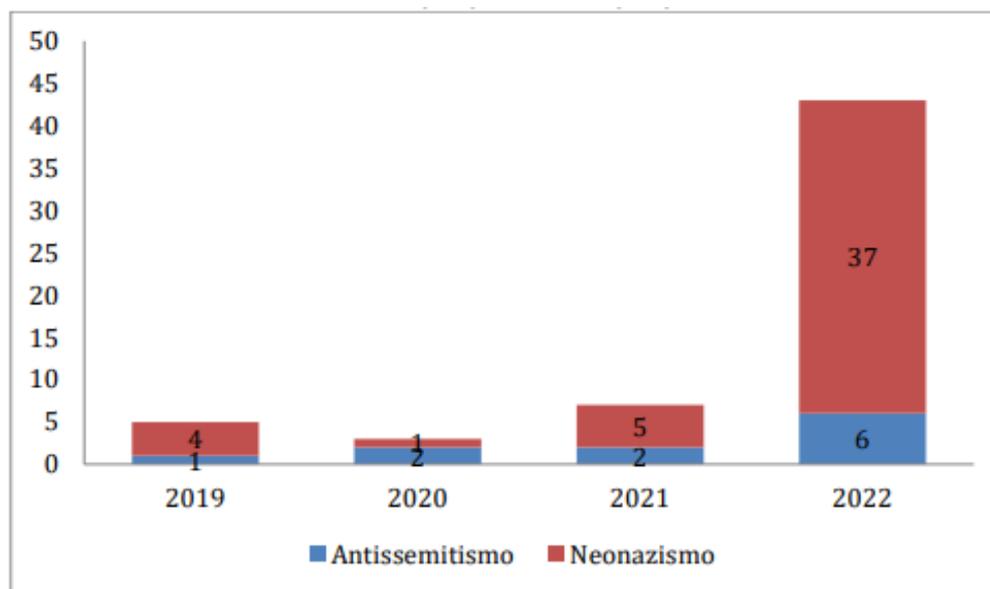
**Tabela 6 - Eventos Antissemitas e Neonazistas: evolução ano a ano de 01/01/2019 a 31/12/2022**

	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Total</b>
<b>Antissemitismo</b>	12	14	18	25	69
<b>Neonazismo</b>	12	21	49	89	171
<b>Total</b>	24	35	67	114	240

**Fonte:** Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022

Os dados sobre o aumento destes eventos dentro ambiente escolar refletem um quadro ainda mais preocupante, complexo e desafiador conforme apresentado na figura 1.

**Figura 1** – Eventos Antissemitas e Neonazistas em ambiente escolar



**FONTE: OBSERVATÓRIO JUDAICO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 2023**

Essa informação é particularmente perturbadora, pois sugere que a ideologia extremista está se infiltrando nas instituições educacionais numa evolução preocupante que vem afetando a formação de jovens estudantes.

O relatório do Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil (2022) destaca a gravidade dos ataques a escolas no Brasil, como os ocorridos em Suzano (SP) e Saudades (SC), que resultaram na morte de alunos, professores e funcionários. Esses ataques não são eventos isolados, mas estão ligados a células neonazistas que se comunicam por redes sociais públicas e pela “deep web”. Esses grupos, além de comprarem armas e munições, propagam discurso de ódio e oferecem treinamento paramilitar para jovens, visando ataques a minorias e locais públicos. No Instituto Nacional de Educação de Surdos, por exemplo, ameaças foram registradas após alunos expressarem admiração por Hitler, em uma sequência de eventos inspirada por tragédias anteriores.

O relatório descreve detalhes sobre grupos neonazistas investigados no Brasil, com destaque para incidentes graves, como o massacre na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, SP, cometido por Guilherme Tauci Monteiro. Ele é mencionado como um “ídolo” em alguns fóruns extremistas, onde teria obtido orientações antes do ataque. As investigações revelaram que o ato possuía motivações neonazistas, corroboradas pelo relato de sua mãe, que apontou seu interesse por ideologias nazistas.

Além do ataque de Suzano, o texto menciona a Operação Bergon, que desbaratou alguns grupos neonazistas atuantes no país, incluindo a descoberta de um campo de treinamento paramilitar organizado por um ex-militar. O relatório destaca que esses grupos têm estrutura descentralizada e variam em suas motivações, que incluem racismo e separatismo, mas possuem o antissemitismo como ideologia comum.

Vale destacar que a “Operação Bergon” foi uma investigação conduzida por autoridades brasileiras em resposta ao ataque à creche Aquarela em Saudades, SC, em 2021, nomeada em homenagem à freira francesa Denise Bergon, que protegeu crianças judias na Segunda Guerra Mundial. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com apoio de diversas entidades, conduziu a operação, que durou sete meses e resultou em mandados de prisão e de busca em vários estados. Foram apreendidos armas improvisadas, material nazista e dispositivos eletrônicos usados para troca de mensagens extremistas.

Os envolvidos, incluindo adolescentes, usavam redes sociais para disseminar conteúdo racista, homofóbico, antissemita e incitações à violência. Entre eles estava Fabiano Mai, autor do ataque à creche, e o filho de um desembargador do Rio de Janeiro, identificado como autista e que mantinha contato com Mai. Em sua residência foram encontrados aparelhos que indicaram ameaças contra escolas. Além de apologia a ideologias nazistas, os grupos praticavam treinamentos militares e organizavam-se em células extremistas sem liderança formal. A operação desarticulou uma rede de comunicação usada para disseminar ódio e planejar ataques. Uma das figuras chave, Matheus Hades NS, de Campinas, planejava um “ataque kamikaze” em uma usina nuclear em Angra dos Reis, onde os extremistas planejavam causar contaminação radioativa. A operação evidenciou o crescimento e a periculosidade desses grupos extremistas no Brasil, reforçando a necessidade de vigilância e de combate ao extremismo e ao terrorismo neonazista (Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022).

O relatório aponta uma série de outros incidentes e ameaças de ataques a escolas no Brasil, evidenciando a disseminação de ideologias neonazistas e atos de violência entre adolescentes e jovens. Em fevereiro de 2020, uma ameaça de massacre foi encontrada escrita em uma carteira na Escola Estadual Prof. Lysanias de Oliveira Campos, em Araraquara, SP, seguida por uma pichação de suástica no muro da escola. Em maio de 2021, investigações conjuntas entre autoridades brasileiras e norte-americanas impediram ataques em escolas nos estados do Pará e Goiás, com a prisão de adolescentes envolvidos em grupos de cunho nazista e que planejavam atentados.

Outro caso ocorreu em março de 2022, quando um estudante de 20 anos foi preso em posse de armas, itens violentos e pornografia infantil, e confessou participação em grupos nazifascistas. Em maio de 2022, no Colégio Santo André, em Rio Preto, SP, uma suástica nazista acompanhada da frase "Morte ao mundo #nazismo" foi pichada, provocando nova investigação policial. Esses episódios evidenciam uma crescente preocupação com a radicalização de jovens em ambientes online e offline, bem como a cooperação internacional para combater essa ameaça (Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil (2022).

Ainda com relação as preocupações educacionais, o relatório aborda a complexa questão da militarização das escolas públicas no Brasil, associando-a a tendências ideológicas que flertam com práticas autoritárias e, em alguns casos, com discursos que tangenciam o nazifascismo. Em novembro de 2021, declarações do então presidente Jair Bolsonaro sugeriram uma simpatia por políticas educacionais semelhantes às da Alemanha nazista, ressaltando o desejo de implantar “educação moral e cívica” no Brasil. A pergunta feita por um apoiador ao presidente Jair Bolsonaro no "cercadinho" do Palácio da Alvorada foi a seguinte:

“Presidente, quando a história, né, de Hitler, a gente via muito a questão que ele começou com as crianças. No caso, o senhor acha que o nosso Ministério da Educação já poderia estar também fazendo um trabalho com as crianças para a gente voltar, retomar, né, a consciência, a conscientização?” (Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 48).

Essa pergunta gerou uma resposta em que o presidente mencionou as dificuldades de implementar mudanças rápidas no Ministério da Educação e a possibilidade de introduzir disciplinas como educação moral e cívica. O comentário mostra uma normalização de ideais autoritários. No contexto educacional, essa postura encontra eco no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), regulamentado pelo Decreto 10.004/2019, que permite a inserção de militares da reserva em escolas públicas estaduais e municipais. Nesses ambientes, embora o corpo docente civil ainda seja responsável pela educação formal, os militares atuam na gestão escolar e no reforço da disciplina, o que foi promovido pelo governo como uma resposta à indisciplina nas escolas e à necessidade de ordem.

Apesar da propaganda oficial destacar possíveis ganhos disciplinares e de desempenho, estudos, como o conduzido pela Folha de São Paulo, revelam que escolas militarizadas não apresentam resultados superiores aos de escolas públicas de perfil semelhante. Além disso, pesquisas indicam que as principais demandas da população são

infraestrutura escolar adequada e valorização dos professores, e não a presença militar na educação. Essa análise revela um contexto educacional polarizado, no qual a militarização das escolas e o discurso do “resgate de valores” têm suscitado preocupações sobre o impacto dessas medidas na liberdade pedagógica e na formação cidadã, além de receios quanto à promoção inadvertida de ideologias extremistas.

Importante destacar que o crescimento da radicalização social, impulsionado por discursos de ódio e intolerância, que apontam para a normalização de ideologias extremistas criam um ambiente onde comportamentos discriminatórios são mais aceitos, promovem divisões sociais e atacam minorias, o que contribui para a disseminação e fortalecimento de ideias antissemitas. Em uma análise mais ampla do populismo moderno, conforme discutido por Giuliano da Empoli (2020) podemos inferir que o populismo contemporâneo muitas vezes se alimenta de sentimentos de raiva e medo, utilizando-os para mobilizar apoio popular contra “inimigos” percebidos, como imigrantes ou minorias culturais. A ascensão de grupos neonazistas no Brasil pode ser vista como um reflexo dessa dinâmica, onde a retórica populista legitima comportamentos extremistas.

Contudo, devemos alertar aqui que, apesar dos números, é necessário cautela e uma análise cuidadosa que considere os contextos político e social do país para afirmar as verdadeiras causas da ascensão desses grupos no país. Na verdade, o crescimento das células neonazistas a partir da eleição de Bolsonaro está documentado, mas isso não implica necessariamente causalidade direta.

Esse aumento pode estar relacionado a uma série de fatores, como o fortalecimento de discursos polarizadores e a intensificação da retórica extremista em plataformas digitais e outros meios. A ascensão de um discurso de intolerância em certos círculos públicos, algumas vezes associado a narrativas nacionalistas e antidemocráticas, cria um ambiente propício para a legitimação de discursos de ódio. Esse cenário gera uma "normalização" de ideias que antes circulavam apenas em espaços marginais, permitindo que grupos extremistas como células neonazistas se sintam encorajados a se organizar e a atuar com maior visibilidade.

Outro aspecto importante a se ressaltar é que o aumento de denúncias e investigações sobre neonazismo pode também estar vinculado a um fortalecimento da vigilância social e à atuação mais intensa de organizações que monitoram esses grupos, aspecto que contribui para uma maior visibilidade do problema, ainda que a questão central seja o aumento efetivo dessas células. Em uma análise mais ponderada deve ser considerado tanto o contexto interno

quanto os fluxos globais de radicalização de extrema direita que cresceram em vários países, não apenas no Brasil. Assim, a combinação de fatores locais e globais pode ser mais explicativa do que uma relação exclusiva com o governo específico, embora o contexto político brasileiro, em particular, tenha amplificado o apoio social que acaba impactando diretamente a expansão desses movimentos extremistas.

Não podemos esquecer que a América do Sul, especialmente o Brasil, foi um refúgio para diversos nazistas que escaparam da justiça após a Segunda Guerra Mundial. Entre eles, destaca-se Josef Mengele, conhecido como "O Anjo da Morte", responsável por experimentos cruéis em Auschwitz. Mengele adotou várias identidades e se escondeu em países como Argentina, Paraguai e Brasil, onde viveu recluso com a ajuda de aliados. Mengele chegou à Argentina em 1949 sob o pseudônimo de Helmut Gregor e, posteriormente, fugiu para o Paraguai e Brasil. Em 1960, já procurado pela Alemanha e por caçadores de nazistas, ele se estabeleceu em várias localidades brasileiras. Morreu em 1979, em Bertioga, São Paulo, de um derrame. Seu corpo foi exumado em 1985, confirmando sua identidade como o notório médico nazista que viveu livre por décadas, mesmo após suas atrocidades em Auschwitz. A impunidade de Mengele e sua vida tranquila na América do Sul levantam questões críticas sobre a falta de justiça para as vítimas do Holocausto e a conivência de alguns governos latino-americanos com criminosos de guerra. A história de Mengele é um lembrete sombrio de como o passado pode ser ignorado e como a justiça pode falhar em alcançar aqueles que perpetraram crimes atrozes (Bernardo, 2024).

Por fim, destacamos os ensinamentos de Hannah Arendt, que nos alerta sobre o conceito de "banalidade do mal" revelando que o mal não é exclusivo de pessoas excepcionalmente cruéis, mas pode ser perpetrado por indivíduos comuns que, ao seguir ordens ou se conformar com sistemas autoritários, realizam atrocidades sem questionar as implicações morais de suas ações. Referindo-se ao julgamento de Adolf Eichmann, um burocrata nazista que se via apenas como um executor de ordens, incapaz de refletir sobre os efeitos destrutivos de sua obediência durante o holocausto, a filósofa diz: "O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais" (Arendt, 1999, p. 299).

Arendt enfatiza a responsabilidade individual e a importância do pensamento crítico, alertando para os perigos dos sistemas que despersonalizam os indivíduos e os transformam

em meras peças de uma engrenagem maior, promovendo assim a banalização do mal na sociedade.

Para evitarmos a crescente onda de banalização do mal neonazista é necessário a implementação de políticas públicas rigorosas que promovam a diversidade e combatam a desinformação. Além disso, é importante fomentar um diálogo aberto sobre intolerância e extremismo, envolvendo a comunidade e enfrentando a temática. Somente através de um esforço conjunto será possível enfrentar as raízes do extremismo e construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A vigilância contínua, o monitoramento e as denúncias das atividades desses grupos são essenciais para a garantia e a proteção dos direitos humanos e a manutenção da democracia no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste estudo foi refletir sobre a ascensão do neonazismo no Brasil a partir de 2019. A pesquisa teórica-metodológica apontou para a alarmante ascensão do neonazismo no Brasil, especialmente a partir do ano em que Jair Messias Bolsonaro assume a presidência do Brasil. Dados importantes, apresentados pelo Observatório Judaico de Direitos Humanos e outros estudos, revelam que esse crescimento significativo de grupos neonazistas. Não podemos deixar de enfatizar que esse aspecto é alimentado por um ambiente político polarizado e pela normalização da violência contra minorias, que se intensificou com a difusão de discursos de ódio fomentados pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Se por um lado é razoável não imputar toda responsabilidade sobre o avanço do extremismo e da violência ao discurso e ações do presidente, uma vez que o Brasil sempre foi um país conservador, patriarcal, escravocrata, sendo essa um movimento mundial, por outro, é razoável afirmar que o discurso do presidente pode explicar parte importante do aumento desses movimentos neonazistas e do “levantar” dessas vozes e das violências que o Brasil vivência. É importante ressaltar o papel que as mídias sociais ocupam nesse contexto, amplificando esse discurso e cooptando muitas pessoas que já se alinham aos valores facistas/nazistas ou estão fragilizadas o suficiente para serem facilmente conduzidas.

A análise dos dados não apenas documenta um problema crescente, mas também serve como um chamado à ação para enfrentar as raízes do extremismo. É importante que a sociedade civil e as instituições governamentais adotem uma postura proativa, implementando políticas educativas e de monitoramento contínuo para mitigar comportamentos intolerantes. A falta de proteção adequada contra os neonazistas contribui

para a impunidade e a propagação dessas ideologias nocivas, propiciando que o ovo da serpente seja chocado tranquilamente em nosso país.

Outro dado importante diz respeito a pesquisa que destaca que grupos extremistas utilizam identidades narrativas distorcidas sobre o sentimento de nacionalidade para culpar minorias pelas crises sociais e econômicas do país, criando conspirações e disseminando notícias falsas. A resposta a essa cultura de intolerância deve ser robusta e imediata, não envolvendo apenas a proteção das minorias, mas também a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. O combate ao neonazismo é imprescindível para garantir os valores democráticos e os direitos humanos no Brasil contemporâneo.

Como limitação do estudo esclarecemos que o monitoramento de grupos extremistas depende de informações que muitas vezes não se encontram disponíveis publicamente, o que limitou os resultados de nosso trabalho. Além disso, nossa pesquisa abrange um período específico (2019-2022), e eventos futuros ou mudanças no cenário político podem impactar a dinâmica do neonazismo no Brasil desatualizadas. Por fim, esperamos que trabalhos futuros possam explorar as intersecções entre o neonazismo e outras formas de extremismo, como o extremismo religioso ou o nacionalismo, para entender como essas ideologias se alimentam mutuamente.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.** Cia das Letras, São Paulo, 1991.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

**Attanasio, Angelo. 100 anos do fascismo: 'O perigo atual é que democracia vire repressão com apoio popular', diz historiador.** BBC News Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939>. acesso em 24 de mar. de 2019.

BARROSO, Luís Roberto. **A Constituição e o futuro do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva 2018.

BBC NEWS BRASIL. **As ameaças de Bolsonaro em discursos no 7 de setembro**, BBC News Brasil, 2021, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785#:~:text=Segundo%20a%20estimativa%20oficial%20da,em%20seu%20discurso%20em%20Bras%C3%ADlia>. Acesso em 31 de mar. de 2024

BECHARA, Victoria, **Quatro fatores que explicam o avanço do neonazismo no Brasil** Veja, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quatro-fatores-que-explicam-o-avanco-do-neonazismo-no-brasil> Acesso em 12 de out. De 2022.

BEIGUELMAN, Gisele, **Crescimento de neonazistas no País é um dos desafios das eleições 2022**, Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/crescimento-de-neonazistas-no-pais-e-um-dos-desafios-das-eleicoes-2022/> Acesso em 12 de out. De 2024

BERNARDO, André. **Josef Mengele: os 40 anos da morte do médico nazista que viveu 17 anos em SP**. BBC News Brasil, Rio de Janeiro, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47121871>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BOEHM, Camila, **País precisa de políticas contra o neonazismo, diz conselheiro do CNDH** Agência Brasil 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/pais-precisa-de-politicas-contr-o-neonazismo-diz-conselheiro-do-cndh> Acesso em: 12 de out. De 2024

BRASIL; BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, 1989.

BRAUN, Julia. **Há um renascimento de grupos neonazistas no Brasil', diz diretor de fundação judaica** BBC News Brasil. 2023 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9wdd7kx1n8o> Acesso em 01 de out. De 2024 Acesso em 01 de out. De 2024

CHALOUB Jorge; MEDEIROS Josué, LIMA Pedro Luiz. **O impacto do golpe de 2016 e o futuro da democracia brasileira**, 2021 Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-impacto-do-golpe-de-2016-e-futuro-da-democracia-brasileira/> Acesso em 16 de set. de 2024

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980

COSTA, Luciano M. Disponível <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-maquina-de-forjar-noticias/>. Acesso em Nov. de 2019.

DECLERCEQ, Marie. (fev, 2023). **Neonazismo não é um problema passageiro, diz o autor**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/autor/marie-declercq/https://tab.uol.com.br/autor/marie-declercq/>. Acesso em: mar. de 2023.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. 2018. Tese de Doutorado. [sn].

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar as eleições**. Tradução de Bloch, Arnaldo. São Paulo: Vestígio, 2020.

FRANCO, De Augusto, **Totalitarismo, por Hannah Arendt**, 2021 Disponível em: <https://dagobah.com.br/totalitarismo-por-hannah-arendt/> Acesso em 01 de out. de 2024.

GHERMAN, Michel. **Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos**. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/07/18/bolsonarismo-e-extrema-direita-no-brasil-uma-reflexao-sobre-origens-e-destinos>. Acesso em 12 de set. 2024.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLUCROFT, William Noah. **O "Putsch da Cervejaria" que projetou Hitler na política**. (2003). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-putsch-da-ervejaria-que-projetou-hitler-na-pol%C3%ADtica/a-67336454> Acesso em 20 de mar. de 2024.

**Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos**. g1.globo.com, 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml> Acesso em: 12 de out. De 2024

GUTERMAN, Marcos. **A moral nazista: uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-11042014-121333. Acesso em: 2024-03-31.

History Channel Brasil, **Política do Gleichschaltung declara o Partido Nazista como o único permitido na Alemanha**, 2019 Disponível em: <https://www.canalhistory.com.br/hoje-na-historia/politica-do-gleichschaltung-declara-o-partido-nazista-como-o-unico-permitido-na> Acesso: 01 de out. de 2024

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/03/31/braga-netto-diz-que-golpe-militar-de-64-fortaleceu-a-democracia.htm?> Acesso em: 12 de abr. de 2024.

JACQUES NETO, Carlos Oliveira. **O elogio da ignorância: ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018**. 2022. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

JUNIOR, Elbio Roberto Quinta. **A estrutura da propaganda nazista no cinema: o caso de Leni Riefenstahl**. Convergências: estudos em Humanidades Digitais, v. 1, n. 01, p. 49-66, 2023.

KLEINAS, Alberto et al. **Relatório de eventos Antissemitas e correlatos no Brasil 01/01/2019 a 30/06/2022**, Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022

KLEINAS, Alberto et al. **Relatório de eventos Antissemitas e correlatos no Brasil 01/07/2022 a 31/12/2022**, Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023

LACERDA, Nara. **Flexibilização de armas na gestão Bolsonaro é responsável pela morte de mais de 6 mil pessoas, 2022**, Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/30/flexibilizacao-de-armas-na-gestao-bolsonaro-e-responsavel-pela-morte-de-mais-de-6-mil-pessoas> Acesso em: 31 de mar. De 2024

LEBOVICS, Herman. A ascensão de Hitler. Revista de História Contemporânea, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 210-224, 2010.

MAZUI, Guilherme, RODRIGUES, Paloma. **Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml> Acesso em: 12 de abr. de 2022.

MESSEMBERG, Débora. **O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro**. 2010.

MOTORYN, Paulo. **Há uma onda neonazista no Brasil? Entenda o que dizem os números e especialistas no tema** Brasil de Fato 2022 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/27/ha-uma-onda-neonazista-no-brasil-entenda-o-que-dizem-os-numeros-e-especialistas-no-tema> Acesso em 01 de out. De 2024.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **As bases do novo populismo de direita**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.242711>, acesso em out. 2024.

**OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**. Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil: 01/07/2022 a 31/12/2022. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/108ERTf1o23LqDCy-5VSMx3vr8tcgkF5\\_/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/108ERTf1o23LqDCy-5VSMx3vr8tcgkF5_/view?pli=1)  
Aceso em 30 de nov. de 2022.

PARAGUASSO, Lisandra, **Bolsonaro defende golpe de 1964 e ditadura militar e a compara a seu governo. 2022.** Disponível em:

POROGER Felipe, BERESIN Pedro. **As novas caras do neonazismo no Brasil**, 2023 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/as-novas-caras-do-neonazismo-no-brasil/>  
Acesso em 01 de out. de 2024

RIBBEIRO, Leonardo, **Em meio a aumento de grupos neonazistas, Conselho de Direitos Humanos viaja a 4 estados** CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-meio-a-aumento-de-grupos-neonazistas-conselho-de-direitos-humanos-viaja-a-4-estados/> Acesso em 12 de out. De 2024

RODRIGUES, Léo. **Conselho leva à ONU alerta sobre avanço do neonazismo no.** Agência Brasil 2024 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/conselho-leva-onu-alerta-sobre-avanco-do-neonazismo-no-brasil#:~:text=Ela%20constatou%20que%20as%20c%C3%A9lulas,%C3%B3dio%20e%20de%20narrativas%20extremistas.> Acesso em 01 de out. De 2024

RODRIGUES, Roberto. **Um novo centrão.** Globo Rural. out/2015.

SANT'ANNA, Ivan. **bolsa de Nova York.** São Paulo – SP. Inversa Publicações. 2014,2018

SANTOS, Matheus R. dos. **"Brasil acima de tudo, deus acima de todos":** uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: uma história da Alemanha nazista.** 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Daniel Neves. **"Neonazismo";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/os-neonazistas.htm>. Acesso em 17 de out. de 2023.

SILVA, Daniel Neves. **"Neonazismo";** História do Mundo Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/neonazismo.htm> Acesso em 01 de out. De 2024.

VEIGA, Edison: **Por Que Há Tantos Grupos Neonazistas em Santa Catarina?** DW Brasil, 2020 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-h%C3%A1-tantos-grupos-neonazistas-em-santa-catarina/a-55471079> Acesso em 05 de dez de 2024

ZANELLA, Liane Carly Hermes et al. **Metodologia da pesquisa.** Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.